

Viver a maternidade, viver a política: narrativas das deputadas estaduais de Santa Catarina

Bruna Busnello¹

Resumo

O campo político institucional e a esfera pública têm sido um espaço estruturado na lógica patriarcal e mantido majoritariamente pelo domínio de homens. Essa divisão sexual das esferas não é nova: é uma herança do mundo antigo que edificou o espaço público – dados na ação e no discurso – para os homens, enquanto a esfera privada e do lar deveriam pertencer às mulheres devido às suas capacidades ditas como naturais. Por isso, as mulheres estariam ancoradas a seus corpos e na reprodução (Perrot, 2005). Essas representações estão enraizadas no pensamento ocidental e nas sociedades que pensam o político, resultam na divisão sexual dos papéis. Tais ideias estão justificadas na biologização dos corpos, como na capacidade de gestar e logo, na maternidade: as mulheres devem cuidar das crianças por possuírem tendências naturais para tal cuidado. Isso se traduz em fatores que reduzem as possibilidades de atuação política das mulheres, minimiza suas chances eleitorais e resulta na sub-representação delas no campo político institucional, já que, as mulheres na condição de mães, são a antítese da oradora pública (Scott, 2024). Ocupar a esfera política é um desafio para mulheres, visto que é uma arena que não pertence historicamente a elas. Exercer a maternidade paralelamente à atuação política é um fator somatório nesses desafios. Esse estudo, parte da pesquisa de mestrado em História da autora, tem como objetivo compreender a maneira como as mulheres eleitas para o cargo de deputada estadual em Santa Catarina, entre 1987 e 2024, vivenciaram e equilibraram a maternagem com a trajetória na política. Para isso, a História Oral foi utilizada como ferramenta teórico-metodológica, onde através das narrativas das deputadas, teve-se acesso às suas subjetividades e experiências, resultando na construção de fontes. Em uma estrita relação entre história, memória, experiências e narrativas, possibilitou-se uma abertura para a escuta e validação dos testemunhos diretos, neutralizando tradicionais críticas e considerando as subjetividades e as possíveis alterações das narrativas como fontes adicionais para a pesquisa e não como uma forma de descaracterizá-la (Ferreira, 2002). As narrativas construídas durante o diálogo das entrevistas demonstram as dificuldades em equilibrar a atuação política com a esfera privada; as provocações e provações que precisaram enfrentar com a maternidade; as preocupações com a educação e bem-estar de seus filhos e filhas e as ferramentas que encontraram para resistir neste espaço.

¹ Mestranda em História no Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Palavras-chave:

Gênero; Mulheres na política; História Oral; Santa Catarina; maternidade.

Introdução

Historicamente, o campo da política institucional tem sido pensado e estruturado como um espaço majoritariamente masculino. O domínio público e político não é destinado às mulheres desde a Grécia antiga, ou seja, no primeiro modelo de democracia, as mulheres já eram excluídas do exercício da cidadania. Este modelo (anti)democrático perdurou por séculos no ocidente, e na contemporaneidade, se demonstra presente nas mentalidades e na estrutura social: ainda mantém as mulheres sub-representadas na política institucional, aproximadas do espaço de cuidado e do ambiente doméstico. Dessa forma, a separação das esferas pública e privada, sustentada por discursos médicos, filosóficos e jurídicos na longa duração, tratou de argumentar com base na biologização dos corpos, que as mulheres deveriam permanecer no lar, cuidando dos/as filhos/as, do cônjuge e da alimentação.

Os movimentos feministas emergentes em finais do século XIX e início do XX, têm conseguido quebrar com tais barreiras e investido forças na reivindicação de direitos políticos e de cidadania para as mulheres. Como uma primeira forma de garantir cidadania política às pessoas, o direito ao voto foi permitido às mulheres no Brasil em 1932, apenas 93 anos atrás, após a intensa mobilização do movimento sufragista. Sendo um dos primeiros países da América Latina a reconhecer o direito ao voto feminino, isto representou apenas o início da etapa para o alcance do exercício pleno dos direitos políticos-eleitorais das mulheres (Prá, 2013), pois não garantiu seus lugares em espaços de poder e tomada de decisão. Caber ressaltar, que neste momento o voto foi garantido às mulheres alfabetizadas, que eram em sua maioria brancas, deixando falhas na emancipação política das mulheres negras (Bester, 2016), com reflexos expandidos até a atualidade, na lacuna destas mulheres ocupando cargos políticos.

A divisão sexual do trabalho, conectada a outras esferas da vida das mulheres como o exercício da maternidade, raça, etnia, classe, sexualidade etc., têm se configurado como alguns dos aspectos que prejudicam o acesso e a permanência delas no campo político. Consideramos que, o fato de o trabalho doméstico ser quase que unicamente responsabilidade das mulheres, permite que os homens fiquem livres para os trabalhos remunerados. Fatos que resultam em mais facilidade de acesso e acúmulo de capital – político, financeiro e simbólico - para estes e diminui as possibilidades de participação político-partidária das mulheres (Biroli, 2018).

Além disso, ainda que os homens que são pais recebam o papel de provedores, historicamente e culturalmente considera-se a criação e cuidado dos filhos e filhas como responsabilidade das mulheres. Biroli (2018) afirma que este ideal de família e maternidade, são advindos de um mesmo contexto histórico: a ascensão da burguesia como classe hegemônica. O peso que se coloca sobre a idealização da maternidade é profundamente marcado para as mulheres, fazendo com que se sobrecarreguem nas atividades de cuidado, restringindo-as em relação ao tempo livre e acesso à recursos, o que infere diretamente na atuação política. Ainda, é necessário evidenciar a vivência da maternidade em condições desiguais, como as experienciadas por mulheres que criam seus filhos em situações de miséria e vulnerabilidade socioeconômica, fatos que evidenciam as hierarquias de classe e de raça (Biroli, 2018) e, portanto, dificultam ainda mais a ocupação de mulheres negras e de camadas populares na esfera política.

O Brasil ocupa uma das piores posições no ranking mundial de mulheres em parlamentos, estando atualmente na 132ª posição, ficando atrás de países como Arábia Saudita². Santa Catarina, estado da federação brasileira e objeto desse estudo, foi estado pioneiro em eleger uma mulher negra ao cargo de deputada estadual: Antonieta de Barros, eleita pela primeira vez em 1935. O que poderia ter sido um ponto de partida importante para o acolhimento de mulheres na política institucional, foi freado: desde então, apenas mais dezenove mulheres assumiram o cargo de deputadas estaduais, como suplentes ou eleitas e apenas uma delas é uma mulher negra.

Apesar de serem poucas mulheres eleitas para o cargo na Assembleia Legislativa Estadual de Santa Catarina (ALESC), elas foram/são presentes e atuantes: passaram por disputas eleitorais, vivenciaram o partido político, propõem projetos de leis, discursam, debatem, participam e mais: fazem tudo isso grávidas, carregando seus filhos/as e equilibrando a maternagem com o exercício político. Por isso, este estudo, parte da pesquisa de mestrado da autora, têm como objetivo compreender a forma como as mulheres que ocuparam cadeiras na ALESC entre 1987 e 2024 vivenciaram e equilibraram a maternagem com a trajetória na política.

Para isso, a História Oral foi utilizada como ferramenta teórico-metodológica, onde através das narrativas das deputadas construiu-se fontes orais. Para a pesquisa de mestrado, foram realizadas doze entrevistas com atuais e ex-deputadas estaduais. Para este estudo em específico, estamos dialogando com seis fontes orais, produzidas com: Anna Carolina Martins, Ana Paula Lima, Ângela Albino, Luciane Carminatti, Marlene Fengler e Simone Schramm. Compreendemos que trabalhar com História Oral não é uma metodologia simples. Não envolve apenas o método e a técnica – a

² Dados retirados da IPU (*Inter-Parliamentary Union*). A IPU realiza pesquisas mensais sobre os indicadores de mulheres presentes em parlamentos nacionais e sobre cargos de liderança ocupado por mulheres e jovens. A Arábia Saudita atualmente ocupa a 124ª posição. Informações retiradas de: <https://data.ipu.org/>. Acesso em 11 jun. 2025.

possibilidade de realizar as entrevistas; a gravação; a transcrição -, é necessário também uma articulação com a teoria. Para isso, algumas categorias foram fundamentais para este estudo: memória, narrativa, experiência e subjetividade – todas articuladas com gênero.

A memória é pautada em emoções e experiências que se inserem na luz das necessidades do presente, pois, qualquer pessoa que fale abertamente do seu passado e de suas experiências, falará a partir do momento atual, com suas palavras de hoje e com a sensibilidade do momento (Rousso, 2006), por isso, é passível de esquecimentos e distorções. É nos momentos de rememoração (Ricoeur, 2007), quando são evocadas as lembranças e esquecimentos presentes na memória, transformadas em linguagem, que resultam em narrativas.

As narrativas foram criadas no momento da entrevista, em diálogo, em uma relação entre a entrevistadora e a pessoa entrevistada. Consideramos que elas são per se retratos da realidade, ou seja, não questionamos sua veracidade: aquilo que a memória recriou e tornou materialidade durante a entrevista é a verdade dos fatos como quiseram ser narrados pela narradora. Os fatos narrados advêm das experiências vividas por essas mulheres. Experiência aqui é entendida não como algo pronto, natural e óbvio, mas sim, como um processo construído: as indivíduos são construídas através da experiência formada por discursos e formas de compreender o mundo, assim, é ela que forma a identidade, e não o contrário (Scott, 1999).

Essa estrita relação entre história, memória, experiências e narrativas, possibilita uma abertura para a escuta e validação dos testemunhos diretos – das fontes orais, neutralizando as tradicionais críticas e considerando as subjetividades e as possíveis alterações das narrativas como fontes adicionais para a pesquisa e não como uma forma de descaracterizá-la (Ferreira, 2002). Dessa forma, entendemos a subjetividade como produzida através das relações sociais, mediadas pela linguagem e cultura, uma construção sempre inacabada (Miguel; Pedro, 2009). Portanto, se a subjetividade é construída por meio de relações sociais, podemos dizer que o gênero é uma dessas estruturas e atravessa a construção da subjetividade de cada indivíduo.

Além disso, entendemos que muito de suas narrativas podem ter vindo deste espaço da tentativa de proteção de suas *personas* públicas, por serem mulheres envolvidas com o campo político e compreenderem que seus discursos são atravessados por este espaço intersubjetivo – pessoal e político, individual e coletivo. Para Miriam Hermeneto e Gabriel Amato (2022, p. 281): “a entrevista de história oral é um momento dialógico de significação do passado [...] trazendo ao centro do trabalho de memória os elementos performáticos da entrevista”, isso significa que as performances desenvolvidas pelas mulheres entrevistadas para esta pesquisa, eram ressaltadas, pois, de certa forma, interessava à elas “cativar o público” com seus pensamentos e posições políticas.

Assim, na esteira desta pesquisa, procuramos compreender a singularidade de cada narrativa que foi recebida, tentamos analisar os diferentes pontos de vistas, realizando uma “troca de olhares”, refletindo sobre os depoimentos das entrevistas em suas divergências e convergências e tentando identificar a importância dos significados históricos das “vidas privadas” na construção das representatividades do coletivo. Pois, como dito por Fáveri (2024, p. 26): “cabe ao historiador/ouvinte a leitura das entrelinhas – dos entre discursos -, rever interpretações e refinar o que parecia inquestionável [...] seguir de perto os recantos e os sentidos mais íntimos, reavivar”.

“Eu queria uma mãe normal”: entre a maternidade e a política

Eu penso Bruna que como a mulher é muito próxima dos filhos, eles sempre atribuem isso: “Não, eles estão bem com a minha esposa, eles estão bem com a minha esposa”, sabe? Isso é uma forma de defesa (Schramm, 2024, p. 16).

Apenas uma das doze mulheres entrevistadas para a pesquisa de mestrado não é mãe – Anna Carolina Martins. Sabemos que a cultura ocidental, construída em ideias baseadas em elementos da biologização dos corpos, tem transmitido às mulheres a função de cuidado, criação e educação dos/as filhos/as e das crianças de modo geral. Como apontado na narrativa da ex-deputada Simone Schramm (PPS), essa não é uma preocupação dos homens, que atribuem às suas esposas estas funções. Essas ideias moldam mentalidades e atuam na formação de identidades maternais, ou seja, as sujeitas se apresentam como mães porque esta esfera da vida atravessa, molda e age com todas as outras. Isso não seria diferente no cenário da política institucional. As narrativas das deputadas, apontam para este elemento:

A maior preocupação minha, eu estava em Florianópolis, já como secretária adjunta da educação, depois deputada estadual, e meus filhos continuaram aqui. Então, o monitoramento com relação à companhia deles, o rendimento escolar, isso era a minha maior preocupação [...]. Que ninguém se desvirtuasse, que eu tinha que me preocupar com a formação deles, e isso eu tinha uma preocupação, porque eu sempre, eu fiquei olhando os líderes que me antecederam, o resultado na formação dos filhos deles. Isso eu tinha com muita preocupação, sabe? (Schramm, 2024, p. 15).

A preocupação com a criação dos filhos enquanto estava em atuação ocupando cargos políticos, como narrado por Simone Schramm (PPB) é vista como uma das faces da maternidade. Contudo, como Elizabeth Badinter (1985) demonstra, nem sempre foi assim. A autora, que estuda a França, destaca períodos, como no século XVIII, quando a maternidade não era vista como algo glorioso, pelo contrário: era rejeitada pelas mulheres, já que não era valorizada socialmente. Estudando cronistas, filósofos e discursos variados da época, Badinter chega a uma conclusão: o instinto materno é um mito, não há nada na natureza ou na biologia que comprove as tarefas maternais como intrínsecas às mulheres.

Por certo que, atividades como a gestação, o parto e a amamentação só são possíveis de serem realizadas por corpos com capacidade de gestar. Mas, todo o restante – a criação, educação e manutenção em geral da vida –, pode ser compartilhado de forma igual entre todas as pessoas. Contudo, ao que consta, os filósofos, os médicos, os religiosos e a psicanálise (Badinter, 1985) foram eficazes em propagar discursos referentes a natureza das mulheres, e por isso, as suas devidas e naturais obrigações na criação e cuidado dos/as filhos/as, principalmente em finais do século XVIII.

Tudo isso foi motivado: uma das intenções, era produzir seres humanos que seriam a riqueza do Estado, desse modo, as crianças adquiriam um valor mercantil, sendo potencialmente uma riqueza econômica, e para além, era uma garantia para o Estado do seu poder militar (Badinter, 1985). Estas motivações, alinhadas com discursos já anteriormente mencionados, resultam na criação do “instinto materno”, como algo intrínseco as mulheres devido à capacidade de gestar. Badinter (1985, p. 91) argumentando sobre a desigualdade de tratamento entre os/as filhos, segundo o sexo e o lugar que ocupavam na família, reflete: “nesse sentimento tão seletivo, onde fica o amor materno, que se afirma facilmente existir em todos os lugares e em todos os tempos?”.

Então, os três filhos, isso é uma coisa que eu falo muito disso, porque eu acho que é grande desafio para as mulheres na política, é essa questão da maternidade. E eu tive que trabalhar muito esse conceito de maternidade para ressignificá-lo, porque cai muito sobre os ombros da gente aquela ideia de que você é mãe agora, você sossegue, porque agora você tem bebê, agora você não pode mais fazer política como fazia, agora você tem que ser mãe (Carminatti, 2024, p. 7).

Como a deputada Luciane Carminatti (PT) apresenta em sua narrativa, foi necessário para ela, ressignificar o conceito de maternidade. O que queremos dizer é que, tal como outras categorias, a maternidade também é construída histórica, política e culturalmente e por isso, passível de ser modificada a depender do tempo e espaço, até por que, as experiências de ser mãe podem variar, dependendo da classe e cultura.

O que notamos é que no mundo ocidental atualmente, ainda se preservam características de uma “boa mãe” – tais quais na França do século XVIII: as mulheres restringem-se da própria liberdade em favor da liberdade dos/as filhos/as; devem dedicar a vida, atenção e acompanhamento deles/as; vigilância constante; presença efetiva no ambiente do lar, tudo isso por que “a natureza quis assim. E se a natureza quis assim, é por que Deus quis assim” (Badinter, 1985, p. 246). Percebemos essas características na narrativa de Luciane, quando aborda que “ainda cai sobre os ombros da gente, agora você é mãe, sossegue”, ou seja, mantenha-se em casa, cuidando de seu filho, tal qual era propagado no século XVIII.

A maior preocupação com o cuidado e criação das crianças é direcionada às mães, mesmo em casos em que o pai/companheiro está presente. São elas que sentem a responsabilidade por saber se

os/as filhos/as comeram, tomaram banho e foram para a escola. São elas quem geralmente preparam os alimentos, cuidam das fraldas e das roupas. Esta é uma realidade de mulheres brancas e negras, ou seja, recaí majoritariamente na sociedade para elas.

Quando eu me candidatei, o meu filho mais novo tinha sete anos, oito anos. Ele estava na escola [...]. Foi um susto, mas ele sofreu bastante. Os filhos sofrem. Porque primeiro eu morava em Blumenau, eu tenho que me deslocar até Florianópolis para exercer o mandato. E eu fiz esse trajeto durante 16 anos, ida e vinda para Blumenau, porque eu precisava estar em casa, acordar para levar ele para escola, deixar ele na escola e retornar para os deveres de casa à noite. Então, foi um período muito cansativo (Lima, 2024, p. 9).

A narrativa da atual deputada federal Ana Paula Lima (PT) pode ser elucidante neste aspecto. Ana Lima, é mãe de dois filhos, quando foi candidata, o mais novo tinha oito anos. A deputada conta as dificuldades que enfrentou depois de eleita, mesmo sendo casada na época, com Décio Lima³, que também ocupava cargo político. Ou seja, embora os dois tinham a mesma profissão, o cuidado com a criança era direcionado majoritariamente à Ana.

Cabe lembrar as palavras de Badinter (1985), quando aborda sobre o duplo movimento: ao passo que o século XVIII construiu o mito do instinto materno e uma “nova mãe”, também construiu uma função para os homens: o pai como mantenedor, responsável pelo conforto da família, na melhor das hipóteses, contribuinte da criação das crianças. Ao passo que afasta os pais, a responsabilidade recaí sobre as mães.

Esta responsabilização maior das mães, histórica, política e culturalmente, construída e mantida, produz culpabilização sobre aquelas que não conseguem desempenhar esta função segundo os moldes daquilo que socialmente é imposto nas características de ser uma “boa mãe”.

Eu para almoçar com eles, eles iam almoçar comigo na assembleia. É mais fácil pelo fato de eu ser de Florianópolis, eu imagino uma mãe, sei lá, que é do oeste do estado, deve ser um ingrediente a mais de dificuldade. Mas eu me corroía de culpa, de: “Meu Deus, eles estão na adolescência agora, e eu não estou com o tipo de suporte que é cobrado de uma mãe ter” [...]. Foi bem pesado. Teve algumas coisas que eram difíceis de lidar no cotidiano (Albino, 2024, p. 9).

Segundo a narrativa de Ângela Albino, podemos ver como a responsabilização afeta a subjetividade da indivíduo no campo da política institucional. A ex-deputada, mãe de dois homens, narrou que se “corroía de culpa” por não estar presente na vida dos filhos quando adolescentes. Ora, esta culpabilização é construída pelo mesmo discurso que produziu o amor materno e fraternal de todas as mulheres. Badinter (1985) lembra que ao mesmo tempo que eram exaltadas as mulheres que desempenhavam perfeitamente o papel de “boa mãe”, eram condenadas moralmente aquelas que não o fizessem, figurando-se em “más mães”, “anormais”, indecentes, indignas. Eram sobretudo aquelas

³ Décio Lima (PT) foi prefeito de Blumenau-SC (1997-2005) e deputado federal (2007-2019).

que não entregavam todo seu tempo para criação dos/as filhos/as e dos cuidados com a casa, portanto, eram acusadas de serem ausentes, negligentes e desagregar a família. A culpa e a responsabilidade afetam principalmente a entrada e a atuação política das mulheres, como vimos na narrativa de Marlene Fengler:

Eu tenho um filho que hoje tem 15 anos, mas tinha 9, quando eu me... 9 para 10, quando eu me elegi. Que reclamava muito da minha ausência. Exatamente pelo fato de ser do Oeste. A minha maior votação foi a Grande Florianópolis. A maior votação foi oeste e depois a Grande Florianópolis. Então, eu fazia um trabalho local durante a semana e finais de semana eu ia para lá. Então, eu era muito ausente. Então, foi muito difícil conciliar isso, é muito difícil. Por isso que também muitas mulheres não querem participar. Porque você tem que abrir mão, não é uma opção. Você tem que abrir mão de muita coisa. Do convívio com a família, não tem como é que eu ia fazer. Eu viajava para lá e ia fazer o quê? Durante a semana eu tinha que trabalhar aqui. E o envolvimento, é muita coisa para fazer. Você não consegue... entra em uma bola de neve que você não consegue sair (Fengler, 2024, p. 14).

É possível avaliarmos que essa situação pode ter impactado a atuação política de Marlene de forma profunda, como quando ela diz “foi muito ruim para mim”. Também sentimos durante a gravação da entrevista um certo desconforto ao falar sobre esse assunto, além de ser um tema no qual a ex-deputada se estendeu ao abordar sobre. Com base nisso, podemos admitir que a preocupação com o bem-estar do filho foi influente para trajetória política de Marlene. E, como ela aborda em narrativa: “não sou só eu”, outras mulheres também passaram por isso.

Precisamos lembrar que para acumular capital político (Bourdieu, 1989), é preciso estar atuante em outras esferas da vida pública, principalmente para aquelas que não crescem politicamente devido ao capital familiar. Ou seja, é necessário tempo livre para ser atuante em movimentos sociais, políticos, partidários ou para exercer cargos em postos de trabalho. Tudo isso requer ausência do lar e do cuidado com os/as filhos/as e pode gerar culpa nas mulheres que decidem por fazê-lo, já que são elas as principais responsáveis. Por isso, esse pode ser um dos motivos da baixa representatividade delas no campo da política institucional, como relatou Marlene em entrevista.

A maternagem e o exercício do “instinto materno” exige a dedicação das mulheres desde o momento em que descobrem a gravidez (Badinter, 1985). Essa construção do instinto materno influencia na preocupação delas ainda na gestação, após nascerem e mesmo depois de adultos.

E aí entra todo esse desafio que é para nós mulheres também, a gente pensar o tempo da gente e o tempo deles, e não construir essa ideia de que nós somos culpadas. É claro que eu estou falando aqui para ti, não quer dizer que de vez em quando não te dá uma crise. Quando teu filho diz assim: “Mãe, eu queria uma mãe normal”, aí pesava. Mas aí tu diz: “Mas, Gui, tu quer que a mãe largue a política?” “Não, pelo amor de Deus, não largue, porque é isso que tu gosta, tu está feliz, mãe, está tudo bem para mim, está ótimo”. Então, tu vai aprendendo a lidar com isso, uma criança, mas aprendendo a lidar (Carminatti, 2024, p. 9).

Notamos com a narrativa de Luciane, que a ideia do instinto materno e da culpabilização andam de mãos dadas. É provável que a “mãe normal” como o filho de Luciane se refere, seria o exemplo da “boa mãe”, como citado acima, isto é, aquela que estaria presente no lar em boa parte ou quase todo o tempo. A deputada não conseguia estar devido à sua carreira política, mas, era uma preocupação que pesava para ela. Foi necessário criar mecanismos para lidar com a situação, encontrar formas para re-existir no espaço político e paralelamente, exercer a função de mãe.

Se a maternidade foi de certa forma, uma espécie de “freio” para a entrada e atuação política das mulheres, como vimos até aqui, a não maternidade também é. Anna Carolina Martins (PSDB), a única entrevistada da nossa pesquisa que não possui filhos, conta como isso impactou na campanha e atuação política dela:

Eu não sou mãe, eu tenho 43 [...] e eu não sou mãe, a vida simplesmente passou, quando eu vi passou, foi assim que aconteceu, não teve nada de especial, gosto de criança, pensava em ter cinco filhos, sou de uma família gigante. [...] Então isso foi algo que eu senti muito na eleição para a prefeita [...]. E os comentários que via, era assim, olha, mas como? “Ela não tem nenhum pinto pra dar água, como é que ela vai cuidar de uma cidade?” [...]. Acharam que de repente, se eu não tinha filhos e não era casada, então só poderia ter o meu gosto de ser homossexual (Martins, 2024, p. 11).

Ou seja, se é esperado socialmente das mulheres que elas tenham filhos/as, aquelas que optam ou simplesmente não maternam, são consideradas “anormais”, e isto não é novo, como Badinter (1985) lembra, os argumentos da “natureza” das mulheres vindos de filósofos e psicanalistas foram tão eficazes desde o século XVIII, que se manteve nas mentalidades que as mulheres não poderiam “escapar” das condições biológicas que a natureza assim determinou e aquelas que ousassem fazer, são consideradas egoístas, más e desequilibradas. Apesar dos esforços dos movimentos feministas em desfazer essas construções políticas e culturais, estes discursos são persistentes, como apontado pela narrativa de Anna Martins e contribuem para que se formem pressupostos de que ela não seria “boa o suficiente” para estar na política, já que nem ao menos, tinha a experiência da maternagem. São narrativas voltadas principalmente as mulheres, dificilmente isto é colocado em questão em relação à paternidade, e assim, podemos dizer que se configuram em caracterizar práticas de violência política de gênero.

Considerações finais

O que notamos com a leitura das narrativas, é que todas as mulheres, independente do partido, passaram por situações desafiadoras que precisaram contornar por conta da maternidade – ou não. A maternidade, o “instinto materno” e a construção do que é ser uma “boa mãe” são elementos que pesam na carreira política das mulheres, de forma diferente de como se delineia para os homens.

Além disso, não podemos esquecer que exercer a função da maternagem contribui para o funcionamento da família tradicional cisheteropatriarcal, que é benéfica para o Estado e para o capitalismo. Se espera que as mulheres consigam dar conta de múltiplas funções: exercendo o papel de mães, cuidadoras do lar em geral, reprodutoras e paralelamente, contribuam com o mercado de trabalho.

Afinal, o que se projeta sobre as mulheres? Nos parece que há um padrão desmoralizador que age de qualquer forma: quando são mães, questiona-se a eficácia e a qualidade da sua maternidade se estão fazendo política; quando não são, evidenciam essa falta como uma falha, que resulta em não ser apta para a governança. Contudo, o que percebemos, é que apesar de todos esses discursos desmoralizantes e pejorativos, as mulheres continuam presentes, existindo e reexistindo, gestando, carregando seus/suas filhos/as e atuantes em seus mandatos.

Referências

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

Bester, Gisela Maria. A Luta Sufrágica Feminina e a Conquista do Voto Pelas Mulheres brasileiras: aspectos históricos de uma caminhada. **Argumenta Journal Law**, Jacarezinho – PR, n. 25, 2016, p. 327-343. Disponível em: <http://seer.uenp.edu.br/index.php/argumenta/article/viewFile/907/pdf>. Acesso em: 12 abril 2025.

Biroli, Flávia. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

Bourdieu, Pierre. **O poder simbólico**. Ed. Difel, Lisboa, 1989.

Fáveri, Marlene de. **Memórias de (uma) outra guerra: cotidiano e medo durante a Segunda Guerra Mundial em Santa Catarina**. Florianópolis: Insular, 2024.

Hermeneto, Miriam; Amato, Gabriel. Performance narrativa em entrevistas públicas de História Oral: “E 68, hein? Memórias públicas de um ano inesquecível”. IN: Moreira, Jacqueline de Oliveira; Kind, Luciana (org.). **Pesquisas com narrativas nas Ciências Humanas: psicanálise, psicologia social, sociologia e história**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2022, p. 271-296.

Ferreira, Marieta de Moraes. História, tempo presente e história oral. **Topoi**, Rio de Janeiro, 2002, p. 314-332. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/fpGyHz8dRnk56XjcFGs736F/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 18 nov. 2024.

Miguel, Raquel de Barros Pinto; Pedro, Joana Maria. Narrativas de leitoras da revista Capricho: memória e subjetividade (1950 a 1960). **Cadernos Pagu**, n. 33, 2009, p. 235-264. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/Gp63RvhhTZJ58BvGXLCCmYb/?lang=pt>. Acesso em: 18 ago. 2025.

Prá, Jussara Reis. Cidadania de gênero, democracia paritária e inclusão política das mulheres. **Gênero na Amazônia**, n. 4, 2013, p. 15-35. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/generoamazonia/article/view/13162>. Acesso em: 04 maio 2025.

Rousso, Henry. A memória não é mais o que era. In: MARIETA, F. M.; AMADO, J. **Usos e abusos da História oral**. Editora FGV, Rio de Janeiro, 2006.

Ricoeur, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

Scott, Joan W. Experiência. IN: Silva, A. L. da; Lago, M. C.; Ramos, T. R. O. (Org.). **Falas de gênero: Teorias, análises e leituras**. Florianópolis: Mulheres, 1999, p. 21-55.